

ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2025 A DEZEMBRO/2025


LRF, art. 48 - Anexo 6 - Portaria STN/MF nº 699, de 07/07/2023, alterada pela portaria STN/MF nº 2776, de 14/11/2025

R\$ 1,00


RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE	
Receita Corrente Líquida		111.722.744.769,94	
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		5.976.316.106,80	5,35
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		6.602.814.215,90	5,91
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)		6.272.673.505,11	5,61
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)		5.942.532.794,31	5,32
RESTOS A PAGAR		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		414.110.505,33	7.096.622.754,33

Fonte: Balancetes SIAFI/MG, Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária - DIRFIN/GECON, U.O 4.03.1 em 22/01/2026 e U.O 1.03.1 em 23/01/2026, Receita Corrente Líquida, informada pela DCICF/SCCG/STE/SEF em 23/01/2026 às 15:15


Nota: O demonstrativo engloba os valores relativos às Unidades Orçamentárias integrantes do SIAFI/MG 1.03.1 Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e 4.03.1 Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cristina Monteiro Ribeiro Cheib, Auditor(a)**, em 26/01/2026, às 14:19, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **José Carlos Alves, Diretor(a) Executivo(a) em exercício**, em 26/01/2026, às 14:47, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Desembargador Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Junior, Presidente**, em 26/01/2026, às 14:55, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjmg.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **25040488** e o código CRC **629F391E**.